

COMUNIDADES RELIGIOSAS DE MATRIZES AFRICANAS E A PANDEMIA DO COVID-19: RELAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Erisvaldo Pereira dos Santos¹

INTRODUÇÃO

A Pandemia do COVID-19 chegou ao Brasil em menos de três meses após se manifestar na China. Imediatamente, uma série de atividades sociais e culturais foi sendo restringidas, com a finalidade de conter sua expansão. Escolas, comércio, serviços, templos religiosos e circulação urbana foram atividades interrompidas por força das orientações da vigilância sanitária e também por força de leis municipais. As comunidades de religiões brasileiras de matrizes africanas como o Candomblé e a Umbanda também tiveram que se adequar às orientações sanitárias e normas legais, a fim de proteger a saúde e a vida dos seus adeptos e consulentes. Além de reunir um número significativo de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, em virtude de doenças pré-existentes como diabetes, asma e hipertensão arterial, as práticas religiosas e rituais do Candomblé e da Umbanda são realizadas em meio aos contatos

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto. <http://lattes.cnpq.br/3758844809395087>. <https://orcid.org/0000-0003-3867-779X>. erisvaldo@ufop.edu.br. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rua do Seminário, s/n, Centro, Mariana, MG, Brasil. CEP: 35420-000. Telefone: (31) 35571322.

corporais intensos e afetivos entre grupos de gerações diferentes: crianças, jovens e idosos.

Com o objetivo de obter conhecimento sobre essa situação, nos meses de junho e julho de 2020, as comunidades de religiões brasileiras de matrizes africanas da região metropolitana de Belo Horizonte foram convidadas a participar de uma pesquisa sobre a COVID-19. O objetivo da pesquisa foi conhecer como os terreiros de Candomblé, Umbanda e Omolocô estavam enfrentando os impactos da Pandemia do COVID-19. Como não era possível o contato físico, em virtude do distanciamento e do isolamento sociais estabelecidos por orientações sanitárias, o instrumento utilizado para obtenção das informações foi o formulário Google, disponível na Rede Mundial de computadores. Além de enviar o formulário por meio das redes sociais de 80 terreiros, entramos em contato por meio de ligações telefônicas, como estratégia de mobilização e lembrança sobre a importância da pesquisa. Essas ligações permitiram diálogos saudáveis e interessantes sobre o momento que estamos vivendo. Também divulgamos a pesquisa através de páginas do Facebook e pela rede social do Whatsapp. Nessa tarefa foi possível contar com o apoio do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab-MG). Não obtivemos respostas de 27 questionários enviados através do Messenger do Facebook de algumas lideranças conhecidas. Além disso, três (3) respostas foram prejudicadas, porque os respondentes não eram da região metropolitana de Belo Horizonte.

É importante ressaltar que as redes sociais da Internet, embora sejam utilizadas para disseminar intolerância e preconceitos contra essas comunidades, também têm sido utilizadas para divulgar festas, comunicar óbitos, atendimentos remotos e compartilhar conhecimentos e afetos. Por isso, neste momento de distanciamento e isolamento social, seu uso tornou-se uma ferramenta importante para obter informações e a manutenção de laços de contato e afeto. Com o objetivo de conhecer como os terreiros de Umbanda, Omolocô e Candomblé estão enfrentando os impactos da

Pandemia do COVID-19, elaboramos um questionário com 17 questões. A finalidade das perguntas até a questão de número 8 era de construir um perfil sobre os respondentes no que se refere: 1 – segmento religioso omolocô, umbanda ou candomblé (Keto, Jeje, Angola e Efon); 2 – função na comunidade religiosa; 3 – tempo de duração da comunidade; 4 – número de integrantes da comunidade; 5 – localização da comunidade; 6 – pertencimento de raça/cor; 7 – nível de escolaridade. A partir da questão de número 9 até a de número 12, as perguntas abordaram a relação da comunidade com a Pandemia do COVID-19. As questões 13, 14 e 15 referiam-se a uma avaliação das ações dos governos municipais, estaduais e federal diante da Pandemia. As questões 16 e 17 objetivavam obter conhecimento a respeito da oração/prece e às expectativas para este momento e após a Pandemia, respectivamente.

Algumas lideranças responderam todas as questões. A maioria respondeu apenas as questões sobre a Pandemia, ignorando perguntas relacionadas ao perfil da comunidade e dos seus responsáveis. Lideranças religiosas de 16 municípios da região metropolitana responderam as questões. Também recebemos respostas de Duque de Caxias, Itanhém e Uberlândia. É importante destacar que tomamos conhecimento da realização de uma pesquisa com o mesmo objetivo sendo realizada pelo professor Anderson Portugal do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Universidade Federal de Uberlândia. Talvez esse seja um dos motivos que levou uma liderança do Candomblé de Uberlândia a responder nossa pesquisa.

Na análise dos dados da pesquisa, a ênfase maior será sobre as respostas referentes ao significado da Pandemia para essas comunidades, que somente a partir de 2003 passaram a receber algum nível de atenção das políticas públicas governamentais. Para adensar nossa análise, vamos dialogar com a pesquisa feita com comunidades de terreiros da região metropolitana de Recife, realizada pela professora Zuleica Campos (2020) do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). A partir desse cotejo, constatamos que tanto os

resultados desta pesquisa em Belo Horizonte quanto os resultados da pesquisa de Recife, que foi realizada com entrevista e não por meio de formulário, demonstram as dificuldades e apreensões vivenciadas por um segmento social religioso, não hegemônico, que historicamente foi alijado do debate sobre a saúde da população negra no Brasil.

Se tivéssemos tido acesso aos resultados da pesquisa de Uberlândia, certamente o nosso trabalho seria enriquecido em termos de dados e interpretação. Conforme a nota publicada no informativo da Universidade Federal de Uberlândia, “a pesquisa não tem previsão de publicação, pois segundo Portuguese não existe uma preocupação quanto ao produtivismo” (Minuncio, 2020). A informação registra que a investigação estava sendo realizada por meio de entrevista pelo aplicativo de mensagens.

AS RELIGIÕES BRASILEIRAS DE MATRIZES AFRICANAS E A QUESTÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Embora os resultados desta pesquisa estejam envolvendo a relação das comunidades religiosas de matrizes africanas e um problema de saúde que envolve a comunidade humana mundial, ainda assim, vamos retomar, brevemente, o tema da relação entre essas comunidades e a questão da saúde no Brasil. Essas narrativas refletem tanto sob o ponto de vista da história quanto das articulações que vêm sendo desenvolvidas na contemporaneidade por ativistas e atores sociais comprometidos com as lutas antirracistas e a qualidade de vida da população negra.

Porém, antes de prosseguir, queremos saudar a memória da médica negra feminista Fátima Oliveira (1953-2017), uma incansável ativista em prol da saúde da população negra, que já não se encontra neste plano existencial. Seu trabalho em prol de políticas públicas de saúde, com recorte de classe, raça e gênero (Oliveira, 2003a) é a marca que inspira as análises desta reflexão, porque, no bojo das reivindicações do movimento

negro, foi ela quem melhor colocou em pauta a agenda política da saúde da população negra no Brasil. Em um dos capítulos da obra "Saúde da população negra: Brasil 2001" (2003), no qual aborda o tema da "medicina popular de matriz africana no Brasil", Fátima Oliveira denuncia a desvalorização e a invisibilidade das práticas de cura tradicionais de terreiros. Ao fazer essa denúncia, no relatório de uma consultoria contratada pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), Fátima Oliveira contrapôs-se aos paradigmas interpretativos positivistas que consideram atrasados e inferiores os saberes tradicionais de origem africanas. A partir das reflexões de Fátima Oliveira (2003a, p. 203), podemos afirmar que o conflito principal entre o estabelecimento da medicina científica e tecnológica como profissão e o processo de separação entre religião e medicina no Ocidente resultou não apenas em desvalorização e invisibilidade dos saberes médicos tradicionais, mas, sobretudo, na exclusão das comunidade de terreiros do debate sobre a saúde no Brasil.

Vale ressaltar que a exclusão das comunidades religiosas de matrizes africanas das discussões sobre saúde no Brasil tem uma história que ainda está por merecer um tratamento investigativo com base em documentos e fatos registrados. Três fatores relacionados à nossa história são referências obrigatórias nesse percurso investigativo: 1- o racismo científico do último quartel do século XIX, consubstanciado nos trabalhos do médico legista Nina Rodrigues sobre o candomblé da Bahia; 2- a emergência da medicina científica no Brasil, no contexto do evolucionismo, que também teve Nina Rodrigues como dos principais protagonistas; 3- a perseguição às lideranças religiosas e comunidades do candomblé da Bahia, levada a cabo pela imprensa, pela polícia e por setores da Igreja Católica. Em um trabalho anterior, abordamos a reverberação dos discursos de Nina Rodrigues na intolerância religiosa dos dias atuais (Santos, 2015, p. 78).

Embora a história da medicina no Brasil não seja objeto desta reflexão, vejamos a afirmação de Nina Rodrigues, no final do século XIX, sobre a relação entre os terreiros de candomblés, a saúde e a população baiana:

Mas não se creia que só negros e ignorantes frequentam os terreiros de candomblés em busca tratamentos aos seus males. Todos nós médicos sabemos a frequência com que os doentes, à revelia do assistente, ou despedindo-o sob o pretexto mais fútil, vão se entregar aos cuidados dos feiticeiros, vão se tratar com folhas do mato, no eufemismo da frase consagrada (Rodrigues, 2006, p. 68). [Grifo do autor]

O fato é que na história da medicina no Brasil falta uma discussão sobre essa desvalorização da prática de “se tratar com folhas do mato”. Esse conhecimento foi subjogado, desqualificado e desautorizado pela medicina positivista e tecnológica. Essa medicina está diretamente vinculada àquilo que Patricia Hill Collins denominou como “processos eurocêntricos de validação do conhecimento e relações de poder” (Collins, 2019, p. 404). Além de subjugar os conhecimentos dos saberes tradicionais, esses processos perseguiram e invisibilizaram muitos representantes dessas práticas.

Com efeito, até o presente momento, podemos nos referir a dois estudos sistematizados que nos oferece algum conhecimento sobre o papel desempenhado por Nina Rodrigues na história da saúde e da medicina no Brasil; a pesquisa da antropóloga Mariza Corrêa (2013), cujo título é: “As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil”, que já é considerada uma obra clássica, e a tese de doutorado de Felipe Pinto Monteiro (2016), intitulada: “O racista vacilante: Nina Rodrigues sob a luz dos seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia”. No entanto, essas duas obras apenas tangenciam alguns aspectos da relação do médico legista com a medicina tradicional do “povo de santo” da Bahia.

Certamente, um dos fatores que mais contribui para a ausência de estudos aprofundados sobre a relação do médico legista do Maranhão e a desvalorização dos saberes médicos tradicionais de africanos e seus descendentes ainda tem a ver com a perspectiva evolucionista, cuja marca é a tese inferioridade do negro brasileiro. Mesmo porque, as práticas religiosas e terapêuticas da diáspora africana continuam sendo consideradas atrasadas. Depois de Nina Rodrigues, outro médico legista que também realizou pesquisas sobre a saúde da população negra, foi o baiano Arthur Ramos que considerou o atraso como consequência do pensamento mágico e pré-lógico. (Albuquerque, 2009). Ou seja, as religiões brasileiras de matrizes africanas continuam sendo consideradas atrasadas e, portanto, excluídas do debate sobre a saúde pública no Brasil.

Em nosso entendimento, enquanto os pesquisadores da área da saúde e da história da medicina no Brasil não nos oferecer esses aportes críticos sobre a relação entre o desenvolvimento da medicina no Brasil e as práticas terapêuticas e de cura das religiões brasileiras de matrizes africanas, continuaremos desamparados de uma compreensão crítica e sistemática sobre a história da medicina no Brasil. Afinal, foi estudando e sistematizando algumas práticas terapêuticas de candomblés da Bahia que Nina Rodrigues elaborou muitas reflexões sobre o significado de raça, saúde e o desenvolvimento do povo brasileiro. Em que pese todas as críticas já feitas contra a obra do pesquisador maranhense, ainda assim, seus discursos e reflexões continuam reverberando nas práticas médicas e nas dificuldades de acesso a saúde por parte da população negra.

As pesquisas sobre a saúde da população negra e o seu acesso ao sistema público de saúde que foram desenvolvidas pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Área População e sociedade (CEBRAP), a partir do meado da década de 1990 demonstram as dificuldades enfrentadas e os tratamentos preconceituosos sofridos por mulheres negras em consultas médicas (CEBRAP, 1998). Muitas ativistas negras da área da saúde

estiveram envolvidas na realização dessas pesquisas. Os resultados contribuíram para articular projetos exitosos de experiências, vivências e análises produzidas na contemporaneidade.

Um dos resultados de projetos envolvendo a questão da saúde do povo de terreiro tem a ver com a criação da Rede Nacional Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), no início dos anos 2000, a promoção da saúde nos terreiros passou a ser um tema recorrente entre lideranças das comunidades religiosas e profissionais da saúde que integram essas comunidades. A partir da noção de articulação de diferentes e distintas comunidades tradicionais, a Renafro opera com o princípio do respeito à pluralidade de organizações e expressões da diáspora religiosa africana no Brasil. Em torno da noção de terreiro como território sagrado de fortalecimento da identidade religiosa afrocentrada, essa articulação envolve: mães, pais e filhos de santo, lideranças comunitárias, gestores (as), conselheiros (as), agentes comunitários de saúde, integrantes de organizações e pesquisadores.

Em um capítulo do livro organizado pelo projeto Ató-Ire do Centro de Cultura Negra do Maranhão, a médica feminista Fátima Oliveira definiu os terreiros como espaços tradicionais de acolhimento, de cuidados e de cura da população negra (Oliveira, 2003b, p. 63). Com efeito, neste tempo da Pandemia da COVID-19, essa é perspectiva mais prejudicada das comunidades religiosas de matrizes africanas, pois o acolhimento e os cuidados se dão por um contato corporal efetivo e afetivo, através da bênção com beijo nas mãos, do abraço apertado, do toque no rosto e de rituais com oferendas que são passadas nos corpos dos adeptos.

Esse contato corporal afetivo faz com que o cuidado e a cura sejam pensados a partir da realidade vivida e apresentada por cada pessoa que busca a sua saúde por meio dos recursos rituais e religiosos dos terreiros. Não há interesse em confrontar, negar ou substituir as orientações dos órgãos responsáveis pela gestão da saúde pública. No

entanto, os conflitos de posição verificados na esfera pública governamental e jurídica têm reverberado como uma desorientação entre as lideranças de terreiros, cujo interesse fundamental é saúde e o bem-estar de todas as pessoas que buscam ajuda.

Conforme assevera o “Guia para a promoção de saúde nos terreiros”, publicado pela Rede Nacional Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, “para as religiões afro-brasileiras a doença é um desequilíbrio ou uma ruptura entre o mundo dos humanos e o mundo sobrenatural” (Guia, 2005, p. 10). A Pandemia da COVID-19 é interpretada por várias lideranças religiosas do candomblé como sendo resultado de um desequilíbrio na relação entre os seres humanos, a natureza e o mundo sobrenatural. Em razão disso, muitas comunidades interromperam seus calendários públicos litúrgicos e festivos, a fim de observar as orientações sanitárias e realizar rituais propiciatórios, de caráter privados, visando a busca do equilíbrio fundamental para a saúde da humanidade.

Essa compreensão de saúde encontra-se nos trabalhos da pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, professora Sônia Lages. Na live inaugural do Canal Logunan no YouTube, cuja temática foi “A resposta das comunidades de terreiros frente à Pandemia”, ela afirma:

Os saberes das religiões afros sobre a saúde consideram o ser humano em sua integralidade, em sua existência física, mental, espiritual, social e cultural, uma compreensão que diferencia da visão dualista da biomedicina, em que o ser humano é formado por uma dicotomia mente e corpo (Lages, 2020, p. 1).

A pessoa humana não tem apenas uma existência física. Quando seu corpo adoecer, a sua existência mental, espiritual, social e cultural estão adoecidas também. É em virtude disso que as lideranças de terreiros realizam rituais de cuidado e cura, mesmo quando os especialistas em saúde dizem que não há mais o que fazer diante de uma pessoa com quadro clínico comprometido. Mesmo porque, as forças de morte que se apresentam na vida da pessoa doente, naquele momento, já afetaram e estão afetando

o entorno familiar e extrafamiliar. O enfrentamento não pode ser somente individual, mas também coletivo. Não há negacionismo da doença, pois os seus efeitos se alastram e interferem na vida real do grupo, da comunidade, cuja harmonia se encontra prejudicada, abalada. Os rituais tradicionais não pretendem substituir os cuidados terapêuticos da medicina alopática, mas complementá-la e potencializar com a força vital, que emana da relação com a ancestralidade e com a natureza.

A assunção de uma perspectiva de saúde tão abrangente termina entrando em choque com uma lógica de tratamento medicinal dependente do mercado farmacêutico e de “processos eurocêntricos de validação do conhecimento” (Collins, 2019, p. 404). No entanto, a interrupção das atividades dos terreiros para observar as exigências dos órgãos da vigilância sanitárias trouxe outro problema de saúde para as comunidades terreiros. O acolhimento, o cuidado e a cura espiritual e material que são proporcionados também foram interrompidos. Além disso, a sobrevivência material de muitas dessas comunidades foram prejudicadas pela ausência das contribuições dos consulentes e dos próprios membros do grupo religioso. Esses problemas também apareceram na pesquisa sobre “a pandemia e o povo de santo” que foi realizada na região metropolitana de Recife, pela pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, professora Zuleica Campos (2020).

OS RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE RELIGIÕES BRASILEIRAS DE MATRIZES AFRICANAS E A PANDEMIA

A ferramenta do Google que utilizamos para obter os dados desta pesquisa transforma as informações das perguntas de múltiplas escolhas em gráficos e tabelas. No entanto, para garantir melhor a discussão dos dados e ficar nos limites de um número de caracteres razoáveis, preferimos não reproduzir os gráficos aqui. Mesmo porque, muitas lideranças que participaram da pesquisa não responderam todas as questões de

múltipla escolha. Conforme o gráfico produzindo sobre o tempo de existência das comunidades, cujas lideranças responderam as perguntas, a maioria (41,7%) tem mais de 20 anos de existência. Na sequência, temos comunidades de 6 a 10 até anos com 33,3%. As outras três alternativas apresentaram o mesmo percentual 8,33%. O gráfico nos apresenta que 50% dos respondentes são de terreiros de Omolocô. Em seguida temos 16,7% referentes aos terreiros de Umbanda. Obtivemos o mesmo percentual de respostas para o Candomblé Keto. Os candomblés de Angola e de Efon apresentaram o mesmo percentual de 8,33%. Embora nem todos os participantes tenham respondido essas questões, o resultado do gráfico continua revelando a prevalência de terreiros de Omolocô e de Umbanda na região metropolitana de Belo Horizonte.

O registro de um percentual maior para o Candomblé Keto pode ser interpretado como expressão de um conhecimento do autor desta pesquisa que é de Candomblé Keto, pois a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo resultado foi publicado em 2011, registra a existência de 212 casas de Umbanda, 163 terreiros de Candomblé e 28 casas de Omolocô (Brasil, 2011, p. 138). Em razão desta informação, não podemos afirmar que a maioria dos terreiros da região metropolitana de Belo Horizonte é de Omolocô conforme demonstrado no resultado desta pesquisa.

Enquanto a Umbanda e o Omolocô tiveram seu desenvolvimento no início da década de 1940, o Candomblé começou a se estabelecer em Belo Horizonte somente a partir dos anos de 1960, com a vinda de mães de santo de Salvador para a capital mineira (Pontes, 2006). Com efeito, a pesquisadora Mariana Ramos de Moraes (2010, p. 68) encontrou o mais antigo registro de terreiro de Umbanda em Belo Horizonte no ano de 1933. O fato é que no início da década de 1960 existiam muitos terreiros de Omolocô e de Umbanda, que continuaram se desenvolvendo. De certa maneira, o que esses números de terreiros revelam, refletem o dinamismo, a permanência e a renovação das comunidades religiosas da região metropolitana de Belo Horizonte, mesmo diante do aumento da intolerância religiosa contra esses segmentos religiosos.

Embora o Omolocô tenha se desenvolvido com algumas características da iniciação do Candomblé, tais como o recolhimento conventual, a sacralização de animais, o fato é que na sua origem tratava-se de um segmento da Umbanda. Se assim não fosse, como explicar que seu principal expoente sacerdotal assinasse uma obra sobre a Umbanda de Minas Gerais? Tancredo da Silva Pinto, o principal responsável pelo Omolocô no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, juntamente com Antônio Pereira Camêlo são os autores da obra "Minas sob a luz de Umbanda", publicada em 1971. Trata-se de uma obra aprovada pelo Supremo Conselho sacerdotal da Confederação Espiritualista Umbandista de Minas Gerais (Pinto & Camelo, 1971). Dessa forma, somos levados a afirmar que a identificação de apenas 28 casas de Omolocô na pesquisa patrocinada pelo governo federal indica que a Umbanda continuou se expandindo e o seu ramo de Omolocô diminuindo na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao responder as questões sobre cor/raça, 66,7% das lideranças se identificaram como preta/negra; 25% parda/mestiça e 8,3% branca. Estes percentuais indicam que a maioria dos respondentes se identifica como não brancos. Sobre o quesito escolaridade, 16,7 responderam que são sem escolaridade; esse mesmo percentual se repete para Ensino Superior incompleto e completo e também para a Pós-Graduação. A diferença está em um percentual de 33% com Ensino Médio completo. O que salta aos olhos é a existência do mesmo percentual de lideranças que se identificam sem escolaridade e com Pós-Graduação. Se por um lado é preocupante o fato de existirem lideranças religiosas que se identificam sem escolaridade, em pleno contexto de oferta de vagas na Educação de Jovens a Adulto; por outro lado, é animador ver que o mesmo percentual (16,3%) concluiu a graduação e foi para a pós-graduação.

A questão sobre como a comunidade religiosa está vivendo durante este tempo de Pandemia, obteve os percentuais de respostas informando que 83,3% estão em isolamento social, com atividades parciais; 16,7% estão em isolamento social e sem atividades. Esses números podem indicar que o isolamento social com suspensão de

atividades refere-se àquelas comunidades cujas lideranças fazem parte do grupo risco, seja em função da idade mais avançada no tempo, ou ainda em decorrência de alguma comorbidade. Mesmo porque 16,7% informaram que algum membro da comunidade contraiu o COVID-19, enquanto 83,3% não apresentaram caso da doença no grupo. Identificamos aí uma convergência e coerência nas respostas, embora as perguntas não estivessem próximas uma da outra.

Ao responder sobre o funcionamento da comunidade neste tempo de Pandemia, 41,7 informaram que o contato da comunidade estava sendo feito por rede social; 33,3% informaram que tem outra forma de contato. Apenas 25% das lideranças informaram que estavam tendo encontro presencial. Na verdade, esses percentuais dizem respeito ao funcionamento parcial. A pesquisadora Sônia Lages (2020) identificou através das páginas do Facebook o que está sendo denominado de ciberaxé ou ciberterreiros como espaço de interação e de apresentação do sentido religioso da Pandemia, com o apelo a alguns Orixás neste tempo difícil. Os Orixás Omolu/Obaluayê e Ossaiyn são as divindades mais evocadas neste momento. No que se refere ao recebimento de ajuda durante este tempo de Pandemia, 66,7% das lideranças informaram que receberam ajuda de outro tipo de organização. 22,2% receberam ajuda de organização não governamental. Apenas 11,1% disseram que receberam ajuda do governo. Ao avaliar as ações dos governos municipais, estadual e federal durante a Pandemia, temos um percentual de um pouco mais de 90% que avaliam como regular e ruim as ações dos governos estadual e federal para o enfrentamento do COVID-19 e 85% que consideram regulares e ruins as ações dos governos municipais. Ou seja, as lideranças religiosas não avaliam bem as ações governamentais diante da Pandemia.

Ao ser perguntado sobre a expectativas e qual prece/oração estão sendo evocadas neste momento de Pandemia, as lideranças religiosas expressaram suas apreensões diante do quadro de uma Pandemia que é interpretada por muitos como uma reação da natureza ao modo predatório como o ser humano continua se relacionando com as

matas, os rios, o mar e as riquezas minerais. Há uma consciência de que a mãe terra está sofrendo com o tipo de relação que os seres humanos têm com ela. Houve vários posicionamentos expressando o desejo de mudança nos rumos da humanidade, tanto na relação com o semelhante quanto com a natureza. Uma das lideranças registrou suas expectativas nestes termos:

A sociedade nunca mais será a mesma. As relações das religiões de matriz africanas, que são muito afetivas, terão que alterar seus procedimentos e práticas ancestrais. O ser humano deverá entender da sua insignificância perante o sagrado. O mundo terá de ser mais fraterno, introspectivo e com valores mais voltados ao progresso interior, mudando a visão consumista de mercado e de valores mais internos e comunitários.

Pode até ser que não haja mudança nenhuma nas atitudes, no comportamento e no caráter das pessoas, mas para sujeitos de crença, que recusam o pessimismo diante da vida, a Pandemia do COVID-19 tem sido um momento de muita oração pela humanidade. O reconhecimento da insignificância diante do sagrado é, em si mesmo, resultado da crença de que sem a presença do sagrado ancestral nós somos muito mais fracos. O apelo à fraternidade tem a ver com o, reconhecimento, o respeito e acolhimento do outro em seus valores, como fundamentais para o progresso interior. Avançamos assim em relação à busca desenfreada e predatória pelo progresso material, que tem destruído nossa casa comum: a Terra!

CONCLUSÕES

No início da aplicação do instrumento desta pesquisa, com as dificuldades de obter as respostas de lideranças religiosas, nos perguntávamos se seu resultado traria algo significativo para adeptos das religiões brasileiras de matrizes africanas e também para a sociedade abrangente. Pela convivência em mais de um quarto de século com lideranças religiosas do Candomblé e da Umbanda da região metropolitana de Belo

Horizonte, temos observando que muitas lideranças não têm a dimensão do seu significado social e político. Há uma preocupação muito grande em avaliar e desqualificar a prática religiosa do outro e uma dificuldade imensa em reconhecer o valor da alteridade. No entanto, nas conversas por telefone, para incentivar a responder o formulário, foi possível perceber outras atitudes que indicavam um interesse em ver todo o segmento religioso compreendendo melhor os acontecimentos do tempo, sobretudo neste momento de isolamento social. Passamos a compreender que a falta de reconhecimento, exclusão da maioria das lideranças do debate sobre a saúde a saúde pública no Brasil, continua existindo, mas há uma força que vem se sobressaindo em termos de protagonismo social e religioso no seio de lideranças das religiões brasileiras de matrizes africanas.

As questões do formulário eram limitadas do ponto de vista de uma escuta mais acurada sobre as dificuldades e apreensões diante das medidas sanitárias para conter o avanço da Pandemia, mas as conversas por telefone e os resultados da pesquisa de Recife nos ajudaram a entender melhor o sofrimento do nosso povo, acostumado a rezar dançando e cantando em comunidade de culto e festa. Uma pessoa da Umbanda lamentava a falta que fazia os conselhos de preto-velho, mas entendia que não dava para vacilar em um momento tão difícil para a humanidade. Era preciso manter viva a fé e a esperança de que tudo isso iria passar, pois Deus é mais forte e as nossas divindades não vão nos abandonar.

É com esta certeza que concluímos esta apresentação do resultado da pesquisa que no seu bojo revelou não apenas a preocupação de que a cura para esta Pandemia seja encontrada o mais rápido possível, mas, sobretudo, o desejo de que a humanidade melhore seu o seu relacionamento com a natureza e com o semelhante. Isso demonstra que embora as comunidades religiosas de matrizes africanas tenham sido invisibilizadas e excluídas do debate sobre a saúde no Brasil, ainda assim, há um conjunto de ações que têm sido realizadas para mitigar o medo e o sofrimento

causados pela pandemia do COVID-19. Não sabemos se de fato o pós-pandemia vai melhorar a compreensão das pessoas sobre a vida. O que sabemos é que a vida em todas as suas dimensões está sendo posta em questão. Como bem afirmou uma das lideranças, estamos carentes de uma reorganização bio-psíquica-social e espiritual entre os seres do mundo físico e espiritual.

Como o Cenarab colaborou para divulgar a pesquisa e convidar as lideranças religiosas a responderem as questões do formulário, perguntamos para Makota Célia Gonçalves, coordenadora nacional da entidade, como essa organização estava se posicionando diante da Pandemia do COVID-19. A resposta enviada por e-mail foi a seguinte:

Estamos atuando no sentido de garantir o reconhecimento de nossas lideranças junto aos órgãos governamentais, para que as mesmas possam cuidar de suas comunidades. Temos buscado garantir a manutenção básica desses espaços, através da doação de cestas básicas, kit higiene. Também temos atuado de forma contundente na orientação para que os terreiros permaneçam fechados, já que nossa prática religiosa tem um forte componente afetivo e nós sabemos que o contato físico e as aglomerações são as mais efetivas formas de contágio pelo Covid19.

A atuação do Cenarab em prol do reconhecimento das lideranças de comunidades das religiões brasileiras de matrizes africanas se inscreve dentro do movimento de estratégia de validação de outros saberes, outras práticas religiosas diferentes das práticas hegemônicas que costumam ser beneficiadas tanto pelo nível de aproximação dos órgãos de decisão e poder, quanto pelo fato de estarem inscritas nos processos eurocêntricos de validação do conhecimento, conforme vimos como a teórica feminista estadunidense Patrícia Hill Collins. Antes de concluir, queremos agradecer ao Cenarab, na pessoa da Makota Célia Gonçalves pelo apoio dado à realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, Eduardo B. (2009). Arthur Ramos, a história das religiões e as religiões afro-brasileiras. In Adroaldo J. S. Almeida, Lyndon A. Santos, & Sérgio Ferretti (Orgs.). *Religião, raça e identidade: colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues* (s.p.). São Paulo: Paulinas.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). Alimento: direito sagrado. *Pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidade tradicionais de terreiros*. Brasília: MDS/SAGI.

Cacciatore, Olga G. (1977). *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/SEEC.

Campos, Zuleica D. P. (2020). Perdas, sofrimentos e resistência do povo de santo diante da Pandemia na região metropolitana de Recife. In *A resposta das comunidades de terreiro diante da Pandemia*. Recuperado em 28 julho, 2020 de: <https://www.youtube.com/watch?v=wTAKL2jN5HE>.

Collins, Patricia H. (2019). *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo.

Correa, Mariza (2013). *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Guia para a promoção da saúde nos terreiros (2005). Rio de Janeiro: Rede Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

Lages, Sonia (2020). Ciberterreiros: a saúde e o enfrentamento da Pandemia. Juiz de Fora: UFJF. A resposta das comunidades de terreiro diante da Pandemia. In *A resposta*

das comunidades de terreiro diante da Pandemia. Recuperado em 28 julho, 2020 de: <https://www.youtube.com/watch?v=wTAKL2jN5HE>.

Minuncio, Matheus (2021). *Pesquisa da UFU avaliará impactos sociais do coronavírus em comunidades religiosas*. Recuperado em: 23 março, 2021 de: <http://www.dirco.ufu.br/noticia/2020/04/pesquisa-da-ufu-avaliara-impactos-sociais-do-coronavirus-em-comunidades-religiosas>.

Monteiro, Felipe P. (2016). *O racalista vacilante: Nina Rodrigues sob a luz dos seus estudos sobre multidões, religiosidade e antropologia*. Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

Morais, Mariana R. (2010). *Nas teias do sagrado: registro da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Espaço ampliar.

Oliveira, Fátima. (2003a). *Saúde da população negra: Brasil 2001*. Brasília: Organização Pan-americana de Saúde.

Oliveira, Fátima (2003b). Uma reflexão sobre a saúde da população negra no Brasil. In José M. Silva (Org.). *As religiões afro-brasileiras e saúde* (s.p.). São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Pinto, Tancredo S. & Camêlo, Antônio P. (1971). *Minas sob a luz de Umbanda*. Belo Horizonte: G. Holman.

Pontes, Ana Cristina (2006). *O Candomblé no Brasil e em Belo Horizonte. Heranças do tempo, tradições afro-brasileiras em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura.

CEBRAP (1998). *População negra em destaque*. São Paulo: CEBRAP.

Rodrigues, Nina (2006). *O animismo fetichista dos negros baianos (1896-1897)*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Santos, Erisvaldo P. (2015). As sobrevivências religiosas africanas em Nina Rodrigues, a crítica e a reverberação no nível do discurso. In Clézio R. Gonçalves, Janaína Damaceno, & Cassandra S. Muniz (Orgs.). *Pensando Áfricas e suas diásporas: aportes teóricos para a discussão negro-brasileira* (pp. 78-96). Belo Horizonte: Nandyala.

Silva, José M. (Org.) (2003). *As religiões afro-brasileiras e saúde*. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão.

COMUNIDADES RELIGIOSAS DE MATRIZES AFRICANAS E A PANDEMIA DO COVID-19: RELAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada em junho e julho de 2020 com lideranças das religiões brasileiras de matrizes africanas na região metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo da investigação foi o de conhecer como os terreiros de Candomblé, Umbanda e Omolocô estavam enfrentando a Pandemia do COVID-19. Em razão da impossibilidade de visitas e contato físico, as lideranças foram convidadas a responder questões apresentadas no formulário Google da Internet, que foi enviado pelas redes sociais e ficou disponível em páginas do Facebook. A discussão retomou a história de exclusão vivenciada por uma religião não hegemônica, através de narrativas sobre a relação entre a saúde da população e as práticas de cura da medicina tradicional. Os resultados demonstram apreensões, preocupações e as expectativas no pós-pandemia.

Palavras-chave

COVID-19. Religião de matriz africana. Belo Horizonte.

**LAS COMUNIDADES RELIGIOSAS DE ORIGEN AFRICANO Y LA PANDEMIA DEL
COVID-19: RELACIONES SOCIALES Y RESISTENCIA EN LA REGIÓN
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación realizada en junio y julio de 2020 con líderes de religiones brasileñas de matriz africana en la región metropolitana de Belo Horizonte. El objetivo de la investigación era averiguar cómo los terreiros Candomblé, Umbanda y Omolocô estaban haciendo frente a la pandemia del COVID-19. Debido a la imposibilidad de las visitas y el contacto físico, se invitó a los líderes a responder a las preguntas presentadas en el formulario de Google Internet, que se envió a través de las redes sociales y estuvo disponible en las páginas de Facebook. La discusión retomó la historia de exclusión vivida por una religión no hegemónica, a través de narraciones sobre la relación entre la salud de la población y las prácticas curativas de la medicina tradicional. Los resultados muestran las aprensiones, las preocupaciones y las expectativas en la post-pandemia.

Palabras clave

COVID-19. Religión matricial africana. Belo Horizonte.

**AFRICAN-BASED RELIGIOUS COMMUNITIES AND THE COVID-19 PANDEMIC:
SOCIAL RELATIONAS AND RESISTANCE IN THE METROPOLITAN REGION OF BELO
HORIZONTE**

Abstract

This article results from a research conducted in June and July 2020 with leaders of Brazilian religions of African matrix in the metropolitan region of Belo Horizonte. The objective of the research was to learn how the Candomblé, Umbanda and Omolocô terreiros were facing the COVID-19 Pandemic. Due to the impossibility of visits and physical contact, the leaders were invited to answer questions presented in a Google Internet form, which was sent through social networks and made available on Facebook pages. The discussion resumed the history of exclusion experienced by a non-hegemonic religion, through narratives about the relationship between the health of the population and the healing practices of traditional medicine. The results demonstrate apprehensions, concerns, and the expectations in the post-pandemic.

Keywords

Covid-19. Afro-Brazilian Religions. Belo Horizonte.

CONTRIBUIÇÃO

Erisvaldo Pereira dos Santos

O autor declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo o único responsável pela sua redação.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB), na pessoa da Makota Célia Gonçalves pelo apoio dado à realização desta pesquisa.

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

O autor declara que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Santos, Erisvaldo P. (2021). Comunidades religiosas de matrizes africanas e a pandemia do Covid-19: relações sociais e resistência na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(21), 43-65.